

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.223 - RS (2019/0122730-0)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
EMBARGANTE : LINCK MAQUINAS SA
ADVOGADOS : HERON CHARNESKI - RS063441
TIAGO RIOS COSTER - RS088953
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra decisão monocrática que não conheceu do Recurso Especial (fls. 1532-1534, e-STJ).

A parte Embargante alega omissão quanto à tese de violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, e obscuridade, haja vista que "a discussão não possui caráter constitucional" (fls. 1536-1542, e-STJ)

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 6.11.2019.

Os Embargos não merecem acolhida.

Como dito outrora, o Tribunal regional, no enfrentamento da matéria, consignou que a "afirmação da autora não veio demonstrada analiticamente, com base em cálculos atuariais, sendo certo que não trouxe nenhum estudo ou parecer elaborado por experto em Ciências Atuariais (profissional atuário)" (fl. 1369, e-STJ).

Ademais, a Corte de origem salientou que a "presente demanda não possui consistentes fundamentos jurídicos, aptos a demonstrar a invalidade da majoração de alíquota promovida pelo Decreto nº 6.957, de 2009, no que respeita à situação da autora. A inicial se baseia em afirmações carentes de demonstração e provas" (fl. 1369, e-STJ).

Rever as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido acerca da inexistência de majoração arbitrária e injustificada da alíquota do SAT implica revolver o conjunto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Pelo mesmo motivo, a tese da inobservância dos requisitos essenciais para alteração do enquadramento no grau de risco também encontra óbice na citada Súmula 7/STJ.

Portanto, a suposta omissão quanto ao argumento que "diz respeito à redução do número de acidentes do trabalho em seu setor de atividades a partir de 2008" não seria – nos termos do art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015 – capaz de **infirmar** a conclusão alcançada pelo Tribunal *a quo* com base nas provas dos autos – bem como na inexistência delas –, razão pela qual não há, nem na decisão anterior, nem na do Colegiado original, omissão juridicamente relevante.

E apesar de o Embargante afirmar que "a aplicação do FAP é questão

eminentemente diversa" (fl. 1539, e-STJ), ele próprio realça a incidência do referido multiplicador no cálculo da contribuição ao SAT (fl. 1540, e-STJ), tema central de sua irresignação, o que referenda, assim, a pertinência da decisão à lide apresentada.

Reitera-se, por conseguinte, que ambas as Turmas da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmaram o entendimento de que a discussão sobre a alteração de alíquota da Contribuição ao SAT/RAT, em função do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), por norma constante de ato infralegal (Decreto 6.957/2009), é estritamente de natureza constitucional, entendimento esse reforçado pela circunstância de o Plenário do Supremo Tribunal Federal ter reconhecido a repercussão geral do tema, nos autos do RE 684.261/RS (Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 1.7.2013).

Dessarte, como se observa de forma clara, a pretensão recursal não trata da existência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, mas sim de inconformismo direto com o resultado da decisão. A mera insatisfação com o conteúdo decisório não enseja Embargos de Declaração. Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. HIPÓTESES DO ART. 1.022, I e II, DO CPC. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para correção de eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.

2. No caso, inexistente omissão ou contradição a ser sanada, porquanto a presente oposição revela tão somente o inconformismo da embargante sobre o decidido, o que não é possível na estreita via aclaratória.

3. Inviável, por revelar nítida inovação recursal, a análise de questão que não tenha sido objeto de insurgência nas contrarrazões ao recurso especial interposto pela parte adversa. 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgInt nos EDcl no REsp 1.446.326/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 7/6/2018, DJe 13/6/2018)

Por derradeiro, convém advertir que ajuizar recurso protelatório ensejará reconhecimento de litigância de má-fé e aplicação das multas previstas no art. 81 e no art. 1.026, § 2º e § 3º, do CPC/2015.

Diante do exposto, **rejeito os Embargos de Declaração.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator